

POLÍTICA

politica@jundiaí.com.br

▶ CÂMARA DE JUNDIAÍ

Escolha de nome será feita pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), mas não há data para indicação

Liderança do governo sem definição abre especulações

LUZIANA WELTER

O vereador que será o líder de governo na Câmara de Jundiaí, ainda não foi definido pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB). Não há prazo para a indicação, mas nos bastidores há nomes que circulam como os indicados ao cargo: Leonardo Palmirini (PV), Faouaz Taha (PSDB), Marcelo Galstoldi (PTB) e Antonio Carlos Altonji (PSB). No entanto, ninguém assume o interesse direto no posto.

As conversas acontecem nos bastidores, conforme nota encaminhada pela assessoria de imprensa do Executivo. "Segundo o prefeito Luiz Fernando Machado, a indicação do líder da Câmara dos Vereadores está em avaliação, sendo discutida de maneira conjunta com a base governista", afirma.

Cotado nos bastidores, segundo fontes consultadas pelo Jornal de Jundiaí Regional, Galstoldi pode ocupar a vaga, posição que já teve no primeiro biênio da gestão passada (Pedro Bigardi-PSD)



COSTURAS Prefeito está avaliando entre a base governista a melhor opção para ser o líder do Executivo na Casa de Leis

quando o então presidente da Câmara era Gerson Sartori. "Nunca conversei com o prefeito sobre o assunto. Essa é uma decisão particular dele. O líder é o responsável por intermediar o Legislativo com o Executivo para que os projetos tramitem em harmonia. Para que as matérias

sejam apresentadas com tranquilidade. É uma tarefa complicada quando se tem uma oposição definida. Jundiaí ainda não tem", detalia. Também cotado, Palmirini, que está em seu terceiro mandato, nunca ocupou o posto, mas colocou o nome à disposição. "É uma prerrogativa do prefeito. Parte dele a nomeação. Eu coloco meu nome à disposição", comentou o vereador, que se elegeu defendendo a causa animal.

Entre os requisitos para ocupar o cargo, segundo o artigo 17 do Estatuto da Câmara de Jundiaí, o vereador deve ter sido eleito em uma eleição regular e ter sido eleito em uma eleição regular e ter sido eleito em uma eleição regular.

dores e experiência de liderança, situações que todas as apostas já desempenharam nas áreas ou setores de atuação, antes de chegarem até a Câmara.

Estreantes
O tucano Faouaz Taha, que está em seu primeiro mandato, mas já ganha visibilidade com a presidência da Comissão de Educação e Esportes, afirma que nunca foi sondado para o cargo, mas, se o convite acontecer, aceitará. "Os vereadores deixam o prefeito bastante à vontade para a escolha. Não recebi nenhum convite, mas, se isso acontecer, será uma honra. Seria sinal de confiança no trabalho", comenta o estreante.

Também pela primeira vez na Câmara, Albino também é tido como um nome em disputa do posto. Ele, que é do PSB, mesmo partido que o secretário de Educação e Esportes, Oswaldo Fernandes, deixa aberta a decisão para o chefe do Executivo. "Acredito que o prefeito irá definir depois de passar as primeiras sessões de votação. É difícil falar", descobre.



LUZIANA WELTER

Repatriação

O voto à inclusão de cônjuges e parentes de políticos no projeto de repatriação de recursos, votado na noite de quarta-feira, na Câmara Federal, foi importante, segundo o deputado jundiaense Miguel Haddad (PSDB). "Estes são pró e em um momento de crise, como estamos vivendo, a repatriação se torna forma de aquecer a economia."

Comissões

Além sua definição, as comissões parlamentares de Basília já tiveram as indicações pelas bancadas. O deputado Miguel Haddad (PSDB) já participava de três comissões no passado. Desta vez, pretende também empregar o mesmo número, apenas dobrando a vaga da Comissão de Fundos de Pensão para ingressar na de Meio Ambiente. Além desta, desenvolvimento Urbano e Relações Exteriores foram preenchidas.

Primeiríssima Infância

O Fundo Social de Solidariedade de Jundiaí promove, hoje, às 9h, um encontro com prefeitos e vereadores das nove municípios da Região para a assinatura da carta de intenções do Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, cuja iniciativa visa qualificar a atenção às gestantes e crianças até três anos de idade. O evento será realizado no auditório do Cesp, na Vila Hortolândia.

Miss Várzea

O prefeito Juvenal Rossi (PV) recebeu em seu gabinete a Miss Jundiaí 2017, Talia Henrique da Silva. A jovem de 20 anos é formada em gestão de recursos humanos e está entre as 20 meninas, que aguardam o resultado para indicar as modelos das campanhas de Miss São Paulo. O prefeito Juvenal elogiou a beleza e o empenho da miss. "São exemplos como esta que fortalecem a autoestima do nosso povo."

Novas eleições

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRF-SP) aprovou novas eleições para o dia 2 de abril de 2017 para os cargos de prefeito e vice-prefeito dos municípios carolinos de São José do Bela Vista, Carilândia e Miracema. Os três candidatos eleitos aos cargos de prefeito concorreram nas eleições de 2016 em os registros de candidatura indelétrico e as eleições foram realizadas pelos tribunais nas instâncias recursais.

Liderança mantida

O presidente Michel Temer decidiu contratar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e manter o deputado André Moura (PSD-SE) na liderança do governo na Casa. Com a medida, que já vinha sendo discutida nos bastidores desde a semana passada, Temer pretende fazer um acordo ao chamado centro, grupo articulado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a permitir que esses deputados tenham interferência com o governo sem a intermediação do presidente da Câmara.

▶ DE VOLTÀ À CÂMARA

'Não sei como proceder', afirma Maia sobre pacote anticorrupção

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), manifestou nesta quinta-feira (16) várias dúvidas sobre o que fazer com o pacote de medidas anticorrupção do Ministério Público, que foi devolvido à Casa pelo Senado.

Após sugerir uma ou outra saída, afirmou: "O presidente do Senado devolveu, agora estamos com um problema. Eu não sei como proceder". Apesar disso, Maia indicou que deve esperar uma decisão definitiva no plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto. "Não vamos confrontar o Supremo, mas entendemos que uma decisão de tal natureza é necessária para uma decisão definitiva do plenário do Supremo para que depois a gente tome alguma decisão aqui".

Maia cita o STF porque foi

de lá que saiu uma decisão liminar do ministro Luiz Fux determinando nova votação do pacote sob o argumento, entre outros, de que o projeto de iniciativa popular foi alterado por deputados e que ele não poderia ter sua autoria encampada por deputados, como ocorreu.

Deputados afirmam que a decisão do ministro é completamente descabida, já que 1 estaria vedando a Câmara de alterar projetos sob sua análise e 2) estaria considerando ilegal prática que resultou na aprovação de projetos como o da Lei Ficha Limpa, também de iniciativa popular, mas que foi encampado por deputados.

A Câmara argumenta, nesse segundo ponto, que a autoria é uma mera formalidade da tramitação, já que seria praticamente impossível checar a vali-

dade de milhares de assinaturas de cidadãos. "São tantas as respostas que precisamos dar, são tão complexas, que prefiro aguardar a decisão do pleno do STF para que a então a Casa possa respeitar o que eu sei ser decidido pelo STF", disse Maia. Não há prazo para essa votação. Apesar disso, o presidente da Câmara disse ainda que cogita devolver o projeto aos autores, mas que isso poderia significar sua anulação devido à dificuldade de conferência das assinaturas.

Lava Jato

O projeto de Dez Medidas Contra a Corrupção, originalmente gestado por procuradores que estão à frente da Operação Lava Jato, colheu mais de 2 milhões de assinaturas.

A proposta foi votada pelos deputados na madrugada de



RODRIGO MAIA "Não sei como proceder" o Supremo, mas precisa de decisão definitiva

30 de novembro, tendo sido bastante desgastada. Em um dos pontos, os deputados incluíram o endurecimento de regras de punição a magistrados e procuradores que cometem crimes, o que foi considerado por Lava Jato como mera retaliação à investigação.

Os deputados rejeitaram ainda pontos como a tipificação do crime de enriquecimento ilícito de funcionário público, a ideia de tornar a prescrição dos crimes mais difícil e a de facilitar a retirada de bens adquiridos com a atividade criminosa. (FolhaPress)

Barroso envia ao STF restrição de privilégio

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, enviou nesta quinta-feira (16) ao plenário do Corte uma ação para que o juiz deva ser discutida a restrição do foro privilegiado para deputados federais e senadores. Para ser julgado, o processo precisa ser enviado pelo presidente do Supremo, Cármen Lúcia. Ainda não há data prevista. No despacho, o ministro defende que os detentores do foro privilegiado somente devem responder a processos criminais no STF se os fatos imputados a eles ocorrerem durante o mandato. No caso de fatos que ocorreram antes do mandato, a competência para julgamento seria da Primeira Instância da Justiça, de

acordo com a Constituição, cabe ao Supremo julgar membros do Congresso Nacional nas infrações penais comuns. "A tese a ser debatida limita a aplicação do foro por prerrogativa de função, perante o Supremo Tribunal Federal, às acusações por crimes cometidos no cargo e em razão do cargo no qual a Constituição assegura este foro especial. Se o fato imputado, por exemplo, foi praticado anteriormente à investidura no mandato de parlamentar federal, não se justifica a atribuição de competência ao STF", sustenta Barroso. Segundo o ministro, é preciso reanalisar o modelo de foro privilegiado, com objetivo de eliminá-lo ou reduzi-lo. (FolhaPress)

PF faz buscas em investigação sobre pagamento de propinas

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta (16) a Operação Lava Jato, para cumprir mandados expedidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Os seis mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo ministro Edson Fachin. Eles estão sendo cumpridos no Rio de Janeiro, em Belém e Brasília nas residências dos investigados e em seus escritórios de trabalho. Entre os alvos das buscas estão Márcio Lobão, filho do senador Edison Lobão (PMDB-MA), e o ex-senador Luiz Otávio de Oliveira Campos, do Pará. Eles são referenciados a um inquérito instaurado a partir de provas

obtidas na Operação Lava Jato. Segundo nota da PF, a operação é consequência de um inquérito que apura pagamento de propina de 1% do valor das obras de Belo Monte, no Pará, a dois partidos políticos. O dinheiro teria sido pago por parte das empresas do consórcio construtor. Em 2016, reportagem da Folha de S.Paulo mostrou que, em delação premiada, executivos da Andrade Gutierrez revelaram que as construtoras responsáveis pela obra de Belo Monte pagaram propina de R\$ 150 milhões (o 1% do valor dos contratos) para o PF e PMDB. Cada partido ficaria com uma cota de R\$ 75 milhões. Os

recursos foram pagos, segundo os depoimentos, na forma de doações legais para campanhas de 2010, 2012 e 2014. Os investigadores poderão compilar listas de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Luiz Otávio chegou a ser investigado em 2012 por suspeita de desvio de R\$ 12 milhões da Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial), mas o caso foi arquivado em 2013. No ano passado, o então presidente Dilma Rousseff o indicou para ser o diretor-geral da Antuq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). (FolhaPress)